

							
legislação	consultoria	assessoria	informativos	treinamento	auditoria	pesquisa	qualidade

Relatório Trabalhista

1993

<p>Trabalhista Previdência Social FGTS Imposto de Renda - PF Segurança e Saúde do Trabalhador Legislação Recursos Humanos Departamento Pessoal Salários Dados Econômicos</p>	<p>Para fazer a sua assinatura, entre no site www.sato.adm.br</p> <p>O que acompanha na assinatura ?</p> <ul style="list-style-type: none"> • informativos editados duas vezes por semana (3ª e 6ª feiras); • CD-Rom Trabalhista (guia prático DP/RH) devidamente atualizado; • consultas trabalhistas por telefone e por e-mail (sem limite); • acesso integral às páginas do site (restritas apenas aos assinantes); • notícias de urgência ou lembretes importantes, por e-mail; • requisição de qualquer legislação, pertinente a área, além dos arquivos disponibilizados no CD-Rom Trabalhista; • descontos especiais nos eventos realizados pela Sato Consultoria de Pessoal (cursos, palestras e treinamento in company).
---	---

Todos os direitos reservados

Todo o conteúdo deste arquivo é de propriedade de V. T. Sato (Sato Consultoria). É destinado somente para uso pessoal e não-comercial. É proibido modificar, licenciar, criar trabalhos derivados, transferir ou vender qualquer informação, sem autorização por escrito do autor. Permite-se a reprodução, divulgação e distribuição, mantendo-se o texto original, desde que seja citado a fonte, mencionando o seguinte termo: "fonte: sato consultoria - www.sato.adm.br"

FGTS EM ATRASO - TABELA DE COEFICIENTES - PERÍODO 10/06/93 A 09/07/93

TABELA II (RE-FGTS)

- maio/93	0.000000
- abril/93	0.318443
- março/93	0.688086
- fevereiro/93	1.115168
- janeiro/93	1.621788
- dezembro/92	2.448876
- novembro/92	3.244184
- outubro/92	4.315606
- setembro/92	5.521295
- agosto/92	7.296062
- julho/92	9.403041
- junho/92	11.699790
- maio/92	14.406785
- abril/92	17.846699
- março/92	21.280808
- fevereiro/92	27.549279
- janeiro/92	34.514872
- dezembro/91	43.327746
- novembro/91	55.524988
- outubro/91	72.617541
- setembro/91	89.705141
- agosto/91	106.169202
- julho/91	120.348101
- junho/91	133.684737
- maio/91	147.652284
- abril/91	151.116346
- março/91	165.200171
- fevereiro/91	180.488460
- janeiro/91	196.400239
- dezembro/90	210.738987
- novembro/90	254.159461
- outubro/90	304.385901
- setembro/90	356.080469
- agosto/90	406.037348
- julho/90	459.474819
- junho/90	509.448473
- maio/90	565.920377

TABELA III (GR-EMPRESA)

- maio/93	0.036384
- abril/93	0.331087
- março/93	0.701409
- fevereiro/93	1.163965
- janeiro/93	1.699910
- dezembro/92	2.486662
- novembro/92	3.305366
- outubro/92	4.338538
- setembro/92	5.603984
- agosto/92	7.378699
- julho/92	9.249708
- junho/92	11.706714
- maio/92	14.377695
- abril/92	17.593708
- março/92	21.197678
- fevereiro/92	27.134692
- janeiro/92	33.532529
- dezembro/91	42.891108
- novembro/91	54.410893
- outubro/91	71.119564
- setembro/91	87.383070
- agosto/91	102.258141
- julho/91	115.694452
- junho/91	127.857870
- maio/91	139.752431
- abril/91	153.265544
- março/91	166.633604
- fevereiro/91	180.423633
- janeiro/91	194.792861
- dezembro/90	231.641723
- novembro/90	274.616435
- outubro/90	323.586886
- setembro/90	368.878922
- agosto/90	416.538383
- julho/90	461.495585
- junho/90	510.121833
- maio/90	563.672350

Obs.: As tabelas II e III, constam do período de três últimos anos. Necessitando obter coeficientes anteriores, ligue: 459-7769.

CÁLCULOS:

Para cálculos do recolhimento do FGTS em atraso, deverá obedecer duas etapas seguintes:

- 1º) Calcular o JAM, que vai na RE, utilizando a tabela II; e
- 2º) Calcular: atualização do débito, juros de mora e multa, que vai na GR.

FÓRMULAS:

a) JAM = (depósito x coeficiente da tabela II)

b) Atualização do Débito:

$$\text{Total do depósito} \times \left\{ \left[(1 + \text{coef. tab. III}) \times \text{TR/dia} \right] - 1 \right\}$$

b) Onde: TR/dia é o índice obtido pela acumulação da TR diária dos dias úteis, compreendidos entre o dia 10/06/93, inclusive, e o dia imediatamente anterior ao do efetivo pagamento da obrigação.

Obs.: Esta orientação foi prestada extraoficialmente pela CEF, não havendo instruções oficiais até a presente data. Por outro lado, este entendimento, contraria as determinações da Lei nº 8.660, de 28/05/93, / DOU de 31/05/93, que extinguiu a correção diária.

c) Juros de Mora = (Total depósitos + atualização do débito) x 0.01 x t

Onde: atualização do débito = valor obtido pelo cálculo anterior;

t = número de meses calendários (com 28, 29, 30 ou 31 dias conforme o mês) ou fração de mês em atraso, contados a partir do dia seguinte ao do vencimento do encargo para as competências após 09/89.

d) Multas = (total dos depósitos + atualização do débito) x 0.20

Onde: atualização do débito é o valor obtido pelo cálculo anterior.

Para as competências maio e junho/93, se pagas em atraso nos meses de junho e julho/93, respectivamente, a multa deverá ser calculada utilizando o percentual de 10%.

PREENCHIMENTO NA RE/RDA:

Além dos dados relativos às empresas e aos trabalhadores, deverão ser consignados, nas colunas próprias, os valores individuais de depósitos e JAM referentes à remuneração da conta vinculada calculados pela tabela II.

PREENCHIMENTO DA GR/EMPRESA:

- no campo 19 (depósito), consignar o valor do depósito em atraso;
- no campo 20 (JAM), consignar o valor total de JAM lançado na RE;
- no campo 21 (multa), consignar a diferença entre o total representado pela soma dos valores de atualização do débito, juros de mora e multa e o valor total de JAM consignado na RE, quando houver.

Portanto, para se achar o valor da MULTA, à ser preenchido no campo 21 da GR, segue-se os seguintes passos:

- 1º) some os valores de: atualização do débito + juros + multa;
- 2º) subtraia o resultado obtido no 1º passo pelo valor encontrado no JAM (RE/RDA);
- 3º) O resultado será o valor à ser preenchido na GR, campo 21 (multa).

Obs.: Ilustrações sobre cálculos, com mais detalhes, consulte RT 081/92.

SÍNTESE DA SEMANA

A) INSS - CLUBE FUTEBOL PROFISSIONAL - PARCELAMENTO E CONTRIBUIÇÃO:

De acordo com o Decreto nº 832, de 07/06/93, DOU de 08/06/93, a contribuição empresarial à Seguridade Social, de clube de futebol profissional, a partir da competência junho/93, passa a ser de 5% sob a receita bruta, de acordo com o borderô de todo o espetáculo de futebol profissional de que participe no território nacional, inclusive jogo internacional.

A entidade promotora do espetáculo, federação ou confederação, deverá efetuar o desconto e posteriormente repassar ao INSS, no prazo de até 2 dias úteis, após a realização do evento. Não havendo expediente bancário no dia do recolhimento, poderá ser paga no dia útil posterior.

Os débitos existentes até outubro/92, ajuizados ou não, poderão ser / parcelados, mediante o desconto e recolhimento de 5% da receita bruta destinada ao clube devedor, de acordo com o borderô referente a todo espetáculo de futebol profissional de que participe em território nacional, inclusive jogos internacionais, não sendo admitida nenhuma redução. Os clubes que optarem pelo parcelamento mencionado, poderão / parcelar os débitos existentes de 11/92 até a data do requerimento, / em 10 parcelas mensais para cada competência atrasada, até o limite / de 60 meses.

B) ANIVERSÁRIO DA CLT - 50 ANOS - COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES:

De acordo com o Decreto (sem número) de 07/06/93, DOU de 08/06/93, foi

criada a Comissão das Comemorações dos 50 anos da CLT, com a finalidade de celebrar o aniversário daquele diploma legal no corrente ano civil, por intermédio de programação de estudos, seminários, concursos de monografias e o que mais for apropriado à investigação, divulgação e aperfeiçoamento das instituições trabalhistas do País.

C) FGTS - REMUNERAÇÃO AOS BANCOS ARRECADADORES E PAGADORES DO FGTS:

De acordo com a Circular nº 22, de 03/06/93, DOU de 07/06/93, foi definido as remunerações aos bancos arrecadadores e pagadores do FGTS, por GR e por autorização para pagamento de conta ativa. Para o mês / de abril/93, a remuneração da GR é de Cr\$ 82.145,03 e para autorização para pagamento da conta ativa é de Cr\$ 390.188,58. Os valores / são corrigidos de acordo com a TR do 1º dia de cada mês.

D) FGTS - AUDITORIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO 1992:

De acordo com a Portaria Interministerial nº 10, de 03/06/93, DOU de 07/06/93, dos Ministérios do Trabalho, Fazenda e do Bem-Estar Social, foi determinado a realização de auditoria integrada, com a participação de auditores do Ministério da Fazenda, do Ministério do Trabalho, do Ministério do Bem-Estar Social e do Banco Central do Brasil, para examinar e opinar sobre a Prestação de Contas do FGTS relativa ao exercício de 1992, sob a coordenação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

O objetivo é de assegurar o fiel cumprimento e aplicação dos recursos do FGTS.

FGTS - FISCALIZAÇÃO - MORA CONTUMAZ - PROCEDIMENTOS:

De acordo com a Portaria nº 734, de 09/06/93, DOU de 11/06/93, do Ministério do Trabalho, foi estabelecido novas regras aos Fiscais do Trabalho, no tocante a existência de mora contumaz e atraso no recolhimento do FGTS, superior a 3 meses. Na íntegra:

" O Ministro de Estado do Trabalho, no uso de suas atribuições legais , e,
Considerando que o empregador, ao deixar de realizar os depósitos do FGTS, no prazo fixado pelo art. 15, da Lei nº 8.036, de 11/05/90, fica sujeito, por força do art. 22, da citada lei, ao disposto no Decreto-lei nº 368, de 19/12/68, conforme artigos 50 e 52 do Regulamento do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 08/11/90;
Considerando, ainda, o alto índice de denúncia de atraso de pagamento de salário e de recolhimento do FGTS, com considerável prejuízo aos trabalhadores, resolve:

Determinar que as Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs, por meio / de seus Fiscais do Trabalho, ao observarem junto aos empregadores, a existência de mora contumaz, relativamente a falta de recolhimento do FGTS, nos prazos previstos em lei, devem adotar os seguintes procedimentos:

1. nas situações de atraso de recolhimento do FGTS, por prazo superior a 3 meses, compete aos Fiscais do Trabalho, além da lavratura de Autos de Infração:
 - 1.1. Relacionar os nomes e endereços dos diretores, sócios, gerentes ou titulares da firma individual;
 - 1.2. Apurar se a empresa, no período, efetuou distribuição de quaisquer lucros, bonificações, honorários, gratificação, "pro labore", retribuição, retirada, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.
2. Os procedimentos ora definidos não elidem aqueles previstos nos artigos 3º e seguintes, do Decreto-lei nº 368, de 19/12/68, bem assim na Portaria MTPS nº 3.035, de 15/01/69.
3. Fica delegada competência ao Secretário de Fiscalização do Trabalho, para decidir os casos de mora contumaz previstos nos §§ 1º e 2º do art. 3º, do Decreto-lei nº 368/68.
4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente a alínea "c" do art. 6º e artigo 8º, da Portaria MTPS nº 3.035/69. "

SINDICALISMO - SETOR METALÚRGICO SP, OSASCO E GUARULHOS - SUB-GRUPO 08:

Foi firmado no dia 04/06/93, o Termo de Aditamento à Convenção Coletiva / de Trabalho, contendo: a política salarial no período de junho até outubro/93; antecipação salarial complementar; salário normativo; adiantamento de salário; horas extras; e adicional noturno.

a) Política Salarial:

No período de junho até outubro/93, os salários serão reajustados, à título de antecipação salarial, tomando-se como base o INPC integral / do mês anterior.

Excepcionalmente nos meses de junho, agosto e outubro/93, além do INPC integral do mês anterior, haverá um acréscimo de 4, 5 e 6%, a título / de antecipação salarial complementar.

Estas antecipações serão compensadas na data-base, ou antes disso, em qualquer outra obrigação futura determinada por Convenção, Acordo Judicial, Sentença Normativa, Legislação vigente e/ou Superveniente, ainda na forma de abono, incorporação de abono ou a qualquer outro título.

Esta política acordada, cumpre todas as disposições previstas na Lei nº 8.542/92 (Política Salarial do Governo).

Obs.: A aplicação do reajuste mencionado, limita a parcela salarial de até 17.077.840,00, vigentes em 31/12/92, que devem ser corrigidas mensalmente pelos mesmos índices que corrigiram os salários neste período.

b) Salário Normativo:

Os Salários Normativos deverão ser corrigidos pelos mesmos índices que corrigirem os salários, na forma mencionada.

c) Adiantamento de Salário:

Não sendo conhecido o índice de correção salarial até 5 dias antes do pagamento do adiantamento de salário, será tomado como base de cálculo 95% do INPC (mês anterior) conhecido. O acerto deverá ser feito no pagamento mensal de salários.

d) Horas Extras:

- 60% quando trabalhadas de segunda a sábado;
- 100% quando trabalhadas em domingos, feriados e dias pontes compensados, até o limite de 8 horas diárias;
- 150% quando trabalhadas em domingos, feriados e dias pontes compensados, além do limite de 8 horas.

e) **Adicional Noturno:**

O trabalho realizado das 22 as 5 horas, o adicional noturno será de 50%, em caráter provisório, durante o período de 01/06/93 a 31/10/93.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

A) Os profissionais liberais são obrigados a entregar o CAGED ?

Resp.: Sim. Todos os empregadores são obrigados a remeter até o dia 15 de cada mês seguinte a movimentação, o respectivo Cadastro ao Ministério do Trabalho (entrega-se no Correio), uma vez que os profissionais liberais equiparam-se ao empregador, para os efeitos da relação de emprego.

Fds.: Lei nº 4.923, 23/12/65 e § 1º do art. 2º da CLT.

B) O empregado poderá escolher a data de gozo de férias ?

Resp.: Não. A época da concessão de férias será a que melhor consulte os interesses do empregador. Observar que o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares. Os membros de uma família, que trabalharem na mesma empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço. Fds.: Arts. 134 e 136 e seus §§, da CLT.

Para fazer a sua assinatura, entre no site
www.sato.adm.br

O quê acompanha na assinatura ?

- informativos editados duas vezes por semana (3ª e 6ª feiras);
- CD-Rom Trabalhista (guia prático DP/RH) devidamente atualizado;
- consultas trabalhistas por telefone e por e-mail (sem limite);
- acesso integral às páginas do site (restritas apenas aos assinantes);
- notícias de urgência ou lembretes importantes, por e-mail;
- requisição de qualquer legislação, pertinente a área, além dos arquivos disponibilizados no CD-Rom Trabalhista;
- descontos especiais nos eventos realizados pela Sato Consultoria de Pessoal (cursos, palestras e treinamento in company).